



**Câmara Municipal da Lapa**  
**LAPA — PARANÁ**

PROJETO DE LEI Nº 8/60

( Súmula :- Da denominação a uma das ruas da cidade )  
Autor:- vereador Francisco Brito de Lacerda.

A CÂMARA MUNICIPAL DE LAPA

**DECRETA :-**

Artigo 1º- Será dado o nome de " Dr. Antonio Cardoso de Gusmão "  
a uma das ruas desta cidade, cabendo ao poder Execu-  
tivo a sua localização.

Artigo 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação,  
revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal da Lapa, em 23 de Maio de 1.960.

---

Carlos Séra.

Presidente.

---

Francisco Brito de Lacerda.

Secretário.

*Registrado livro nº  
fls 19  
julho de 1970*

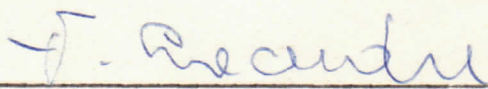
Art. 1º- Será dado o nome de "Dr. Antonio Cardoso de Gusmão" a uma das ruas desta cidade, cabendo ao poder Executivo a sua localização.

Art. 2º- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JUSTIFICAÇÃO


Nem todos conhecem a personalidade do Dr. Antonio Cardoso de Gusmão, de cuja morte transcorreram cinquenta anos em 28 de Março último. Esse saudoso magistrado, pernambucano de nascimento, foi o juiz que mais tempo permaneceu na Comarca. Tendo sido nomeado em princípios de 1900, exerceu o cargo até 1910, quando faleceu repentinamente. Aqui nasceram dois de seus filhos, um dos quais, o atual Desembargador Sady Cardoso de Gusmão, ilustra a magistratura carioca, de cujo Tribunal de Justiça é corregedor. Além de juiz da Lapa, exerceu também o finado Dr. Antonio Cardoso de Gusmão as funções de Procurador Geral do Estado, durante o governo de Vicente Machado. O Dr. Gusmão, cujos restos descançam no Cemitério desta cidade, morreu pobre, mas destacou-se pela probidade e brilhantismo com que exerceu a magistratura, legando aos pósteros sentenças lapidares, que se encontram arquivadas no Forum local. Dando seu nome a uma das ruas da cidade que tanto amou e serviu com despreendimento, a municipalidade lapeana estará pagando uma dívida de gratidão.

Lapa, na Sala de sessões da Câmara Municipal, em 9 de Maio de 1960.

  
\_\_\_\_\_  
Francisco Brito de Lacerda.  
Vereador.

Encaminhe-se a Comissão de Legislação e Justiça.

Sala das Sessões em 9-5-60.

  
\_\_\_\_\_  
Presidente em exercício.



A presente materia não contraria  
dispositivo constitucional algum e esta  
acorde com a Lei municipal numero 228  
desta municipalidade

Em, 9 de maio de 1960.

David J. Jones  
Juizal Steff